

SISTEMAS DE SOCIEDADES



O COMUNISMO PRIMITIVO*

Nem sempre existiu a sociedade dividida em classes. Por longos anos as sociedades primitivas desconheciam a desigualdade social. Todos trabalhavam para todos. A própria comunidade administrava sua vida social coletivamente, sem que existisse um aparelho administrativo separado da sociedade. A educação era praticada por todos, cabendo as antigas gerações transmitirem os ensinamentos às gerações mais novas, sem que existisse uma instituição chamada escola.

A religião era o canal encontrado, pelo homem, para explicar os fenômenos de sua própria existência, Enquanto homem. A religião era uma concepção coletiva e os ritos religiosos eram praticados coletivamente, não existia uma instituição chamada igreja, formada por profissionais da fé, separada da sociedade. Religião e igreja são coisas totalmente diferentes, como teremos a oportunidade de ver mais adiante.

Nas sociedades primitivas, ou no comunismo primitivo, como passou a ser chamado, também não existiam os "bandos de homens armados" separados da sociedade e adestrados nas artes de combate e repressão. Não existiam forças armadas. As guerras eram feitas por decisão da coletividade. Os guerreiros se organizavam para o confronto e se estabelecia uma hierarquia, passada a guerra, desaparecia a formação militar e todos se integravam a vida social, sem diferenças maiores. As sociedades primitivas bem mereciam ser chamadas de sociedades socialistas ou comunistas, pois nelas reinavam a igualdade social na sua plenitude.

PORQUE DESMORONOU O COMUNISMO PRIMITIVO

Tudo tem uma história. A sociedade primitiva, que ainda hoje subsiste em pequenas comunidades isoladas, teve sua longa e dramática história. De início, ela surge de uma forma incipiente e profundamente frágil. Um pequeno pau, como extensão da mão, pode ter sido o primeiro instrumento de trabalho da sociedade primitivíssima. Esse pequeno "bastão" servia como instrumento de trabalho para coletar frutos, cavar raízes, quebrar nozes, defender-se de algumas agressões.

Imaginemos a fragilidade de uma sociedade organizada em torno de um "bastão".

Aí o homem era estritamente vegetariano. A linguagem, era predominantemente mímica e altamente limitada. Foi um longo e sofrido processo para o homem evoluir do "bastão" para a lança, ou melhor, promover a extensão do "bastão" para transformá-lo num instrumento mais avançado, mais sofisticado. Mas, na história do homem primitivo houve um fato de extraordinária importância. O uso do fogo. Como tudo tem uma história, o uso do fogo tem a sua. Primeiro, o fogo é usado em seu estado natural, o fogo como produto de incêndios espontâneos.

Aí, além de se aquecer, o homem observou que alguns animais ou tubérculos tornavam-se digeríveis, quando submetidos a ação do fogo. Essa observação leva a que se proceda a uma verdadeira revolução na história do homem primitivo; ele introduz as carnes em seu cardápio e se liberta da sua condição estritamente vegetariana. Ora, além de ampliar suas opções alimentares, as carnes eram dotadas de proteínas essenciais, enriquecedoras para a alimentação do homem.

Mas voltemos ao fogo. Primeiro ele é usado no seu estado natural. Depois ele é conservado, acrescentando-se lenha para sua manutenção. Em seguida, ele é transferido para lugares protegidos dos ventos e das chuvas. Por fim, depois de muitos e muitos anos, ele é produzido. Com o fogo, o homem tornou-se caçador e pescador. Além disso, ele melhorou o seu vestuário, além de produzir alguns utensílios domésticos e outros instrumentos de trabalho.

Logo, logo, a lança não atende mais as necessidades da comunidade. É preciso produzir em maior escala. Do "bastão", como vimos se avançou para a lança, da lança para o arco e flecha. O arco e flecha inauguram um momento de muito progresso, porque ele já pressupõe conhecimentos mais elaborados. Mas mesmo assim, chega um momento em que o arco e flecha, além de outras técnicas de produção, não se mostram suficientes para atender as necessidades. Desenvolve-se a domesticação de animais e criam-se hortas, como meios complementares para atender a necessidade de fazer aumentar a produção.

As necessidades levam a busca de novas técnicas de produção: O bastão, a lança, o arco e flecha, instrumentos de horticultura. Os avanços das técnicas levam a um aumento de produção. Os aumentos dos meios de produção, tanto alimentares, quanto de vestimentas, habitação e outros, conduzem a um menor nível de mortalidade e, conseqüentemente a um aumento da população com maior nível de exigência que só um processo produtivo mais avançado poderia responder. A horta é a ante-sala da agricultura. Mas, para se chegar a agricultura era necessário um avanço tecnológico capaz de produzir machados, foices, enxadas (cutelaria) com materiais consistentes. Em outras palavras, para se chegar a agricultura era necessário que o homem dominasse os metais e fosse capaz de criar ligas metálicas a altura de desenvolver bons instrumentos de trabalho.

Premido por crescente necessidade, o homem chega a agricultura. No início, uma agricultura precária. Depois, ela avança e consegue chegar a produção de um excedente. Quando o homem torna-se capaz de produzir um excedente, criam-se as condições para profundas mudanças na sua história.

Esclareçamos, então, essa questão do excedente. Até então, produzia-se da mão para a boca. Ou seja, o nível tecnológico da humanidade só atendida as necessidades imediatas. Com o desenvolvimento da tecnologia, ele conseguiu chegar a um nível de produção para si e seus familiares e ainda sobrava, ou seja, havia um excedente. No início, o excedente é pequeno, depois ele vai se ampliando na medida em que cresce a tecnologia. Com a existência do excedente, podem-se armazenar os produtos e assim se prevenir contra futuras situações de escassez. Por outro lado, o excedente permite a introdução do trabalho escravo, porque agora, é possível, tecnicamente, que alguém trabalhando possa se auto-sustentar e sobrar o suficiente para o sustento de terceiros.

Antes, as comunidades primitivas, quando guerreavam faziam prisioneiros, elas sacrificavam esses prisioneiros, vez que não tinham como mantê-los. Os canibais devoram as suas presas. Outros promoviam festivais de tortura até a morte. Não fazia sentido manter prisioneiros, vivia-se a escassez.

Agora tudo mudou. Fazer prisioneiros era fazer escravos. Fazer escravos era aumentar a produção e isso era um "bom negócio". É oportuno ressaltar que o aparecimento do trabalho escravo não trouxe, de imediato, o fim do comunismo primitivo.

Os escravos trabalhavam nas "roças" coletivas e eram propriedades de todos. Somente com o passar dos tempos é que, para premiar alguns chefes guerreiros, a sociedade induziu a que alguns tivessem sua propriedade privada ao lado da coletiva.

É num longo processo que a velha sociedade coletiva vai definhando e a propriedade privada vai se fortalecendo. Esse processo culmina com o desaparecimento da propriedade coletiva e a afirmação da nova sociedade calcada na propriedade privada e no trabalho escravo. Podemos fazer as seguintes afirmações: o comunismo primitivo desmoronou porque repousava numa economia

marcada pela escassez, dotada de extrema fragilidade; a propriedade privada é decorrente do processo de produção e relações sociais.

ESCRAVISMO CLASSICO

A luta é antiga - Contam os historiadores que o primeiro movimento grevista de que se tem notícia foi desfechado pelos construtores de uma das pirâmides do Egito. Os grevistas nada recebiam para fazer as suntuosas obras dos faraós porque eram escravos, presas de guerra com povos vizinhos. Esse primeiro movimento deu-se, entre outros motivos, devido aos maus tratos recebidos dos capatazes e feitores, que os fustigavam com bastões e relhos tendo nas pontas objetos pesados e cortantes. Os homens eram surrados até a morte, caso esboçassem reação.

Há diversos hieróglifos em monumentos egípcios ou em papiros que mostram o espancamento dos escravos. Os grevistas, além disso, protestavam também contra a fome, já que os encarregados pela construção, embora recebessem a quantidade necessária de grãos, alhos e cebolas para distribuir entre os empregados, não entregavam os alimentos para eles, preferindo negociar o lote. A exploração dos homens chegou a tal ponto que, famintos, em certa ocasião, cruzaram os braços. Por isso foram barbaramente castigados, segundo o costume da época, mas conseguiram triunfar, com o desmascaramento dos carrascos.

Elite da escravidão - Os romanos aperfeiçoaram, até o mais alto grau, a utilização de escravos, e os levantes eram violentamente castigados nos calabouços. No começo do império, os grandes senhores não se envergonhavam de cuidar de seus campos. Porém, com a extensão do poder romano pelo Mediterrâneo, os proprietários estabeleceram-se na capital, e no campo ficaram os escravos, que eram administrados e vigiados por libertos, os quais, guindados repentinamente à posição de mando, se tornaram, por despreparo e para terem mais segurança, os piores carrascos de seus antigos colegas. Na cidade, o que interessava aos governantes era dar ao povo pão e circo.

Os senadores, cônsules, tribunos, edis e magistrados possuíam em sua corte libertos e clientes, além de escravos altamente especializados que lhes serviam de cozinheiros, condutores de carros, secretários, professores e guarda-costas. Na cidade, tudo se esbanjava, enquanto no campo os escravos que lidavam com a terra eram cada vez mais explorados.

Essa situação deu origem a muitos movimentos e levou os cidadãos mais esclarecidos a tentarem a reforma administrativa, visando proteger os menos favorecidos - os quais, desde os primeiros anos de Roma, ao se tornarem inúteis, eram levados para o templo de Esculápio, para que o deus da Medicina cuidasse deles. Dentre os reformadores, destacaram-se os irmãos Graco, e entre os líderes das lutas dos escravos é lembrado o nome de Espártaco.

Idade Média - Apesar de todas as lutas pelos direitos do homem, o escravagismo prosseguiu. Durante a Idade Média, apesar da intolerância religiosa - um dos fatores da ignorância e da opressão dos camponeses -, imperou o feudalismo. De acordo com esse regime, os próprios senhores, por vezes, nada mais eram que simples protegidos de grandes proprietários, aos quais rendiam obediência. Com as lutas travadas entre senhores medievais - que usavam servos e camponeses para enfrentar os rivais -, começou a surgir a idéia da emancipação do homem, que trabalhava a terra sem praticamente nada receber em troca.

Depois da Idade Média, continuaram ainda as explorações, com o recrudescimento do comércio escravagista. A muito custo o homem do campo começou a entender que era uma força viva da sociedade, que se tornara um dos seus principais esteios.

FEUDALISMO

"A palavra feudalismo ou sistema feudal foi o modo de organização da vida em sociedade que caracterizou a Europa durante grande parte da Idade Média. Ele não

foi igual em todas as regiões européias, variando muito de acordo com a época e o local"

"A palavra feudo significa propriedade. Um feudo podia ser uma área de terra, um cargo, uma função eclesiástica ou o direito de receber alguma vantagem. Mas, quase sempre, o feudo era uma extensão de terra, concedida a alguém como "benefício", em troca de serviços. De qualquer modo, receber um feudo era adquirir poder sobre bens materiais e sobre as pessoas que dependiam desses bens."

O surgimento do feudalismo está associado à "decadência do Império Romano, a conquista final de Roma e a formação dos reinos bárbaros. Essas transformações deram origem aos traços do sistema feudal", cujas características foram:

- Declínio das atividades comerciais, artesanais e urbanas;
- A hierarquização social através dos estamentos;
- A descentralização do poder político em torno dos senhores feudais;
- A importância do trabalho dos servos, cujos ombros suportavam quase todos os serviços responsáveis pela subsistência material da sociedade.

Entre as contribuições dos romanos para o sistema feudal, podemos citar o conceito de vila, que eram unidades do mundo rural; o colonato, sistema de trabalho servil que se desenvolveu com a decadência do império romano, substituindo a mão de obra escrava; e a fragmentação do poder político, fruto da instabilidade existente no final do período imperial romano.

Entre as contribuições dos bárbaros ou germânicos para o feudalismo foi a economia agropastoril, onde as atividades básicas da economia se baseia no plantio e criação de animais; no conceito de comitatus, relação de fidelidade unindo o chefe militar e seus guerreiros; e o beneficium, que é a recompensa que os chefes militares davam aos seus soldados após obter alguma conquista.

Com o decorrer das invasões bárbaras que se iniciaram no século V, ocorreu uma "divisão do poder político entre os grandes proprietários de terras, isto é, os

senhores feudais". Os reis continuaram existindo, mas sem poderes plenos e efetivos. Os senhores feudais, reunindo funções administrativas, judiciárias e militares, governavam seus feudos de maneira autônoma, mandando e desmandando em suas regiões.

A união social era garantida pelos laços de vassalagem. Nessa relação, encontramos, de um lado, o suserano (proprietário que concedia feudos a seus protegidos) e, de outro lado, o vassalo (pessoa que recebia feudos do suserano, prometendo-lhe fidelidade).

Entre suseranos e vassalos estabelecia-se um contrato de vassalagem, que tinha início com a transmissão do feudo e compreendia dois atos solenes:

Homenagem - Juramento solene de fidelidade do vassalo perante seu suserano.

Investidura - entrega do feudo feita pelo suserano ao vassalo.

DIREITOS E DEVERES

Uma série de direitos e de deveres competia a suseranos e vassalos.

Suserano - Dar proteção militar e prestar assistência judiciária aos seus vassalos; receber de volta o feudo, caso o vassalo morresse sem deixar herdeiros; proibir casamentos entre seus vassalos e pessoas que não lhe fossem fiéis.

Vassalo - Prestar serviço militar, durante certo tempo, a seu suserano; libertar o suserano, caso ele fosse aprisionado; comparecer ao tribunal presidido pelo suserano toda vez que fosse convocado.

O feudalismo representou a base do sistema político e econômico da Europa durante toda a Idade Média, ou seja, entre os séculos V ao XIV. As suas estruturas acabaram por ir além da Idade Média, apresentando-se na Europa até o século XIX.

ECONOMIA FEUDAL

A economia feudal deve ser dividida basicamente em dois blocos: alta idade média e baixa idade média.

Durante a alta idade média, que transcorreu entre o século V ao século XI, devido, principalmente a instabilidade política, fruto das invasões bárbaras, a economia feudal caracterizou-se pela auto-suficiência. Isto significa dizer que o feudo buscava produzir tudo que era necessário para a manutenção da comunidade. A quase inexistência de comércio impedia que houvesse um abastecimento externo ao feudo.

Assim, as principais atividades econômicas estavam associadas à manutenção das pessoas. Merece destaque a produção agrícola e a criação de animais.

“As terras dos feudos podem ser divididas em três grandes áreas”:

Campos abertos: terras de uso comum. Nelas os servos podiam recolher madeira e soltar os animais. Nesses campos, que compreendiam bosques e pastos, havia uma posse coletiva da terra.

Reserva senhorial: terras que pertenciam exclusivamente ao senhor feudal. Tudo o que fosse produzido na reserva senhorial era de sua propriedade privada.

Manso servil ou tenência: terras utilizadas pelos servos, das quais eles retiravam seu próprio sustento e recursos para cumprir as obrigações feudais.

Já na baixa idade média notou-se uma ruptura com as características de subsistência que apresentava o feudalismo. Com o fim das invasões e o surgimento de novas técnicas agrícolas foi possível a comercialização do excedente de produção. “O aumento do comércio promoveu o desenvolvimento das cidades medievais”. Grande parte dessas antigas cidades tinha um núcleo fortificado com muralhas, chamado burgo. Com o crescimento da população, o burgo foi alargando seus limites para além das muralhas. Os comerciantes e artesãos que viviam em torno dos burgos eram chamados de burgueses.

Aos poucos, o progresso do comércio e das cidades foi tornando a burguesia mais rica e poderosa, passando a disputar interesses com a nobreza feudal. Além disso,

a expansão do comércio também influenciou na mentalidade da população camponesa, contribuindo para desorganizar o feudalismo.

Cansados da exploração feudal, muitos servos ouviam entusiasmados, as notícias da agitação comercial das cidades. Grande número deles migravam para as cidades em busca de melhores condições de vida. As cidades tornaram-se locais seguros para aqueles que desejavam romper com a rigidez da sociedade feudal. Por isso, um antigo provérbio alemão dizia: *O ar da cidade torna o homem livre.*

Os servos que não migraram para as cidades organizaram no campo várias revoltas contra a opressão dos senhores. Em muitos casos, conseguiram aliviar o peso de algumas obrigações, como a talha e a corvéia. Isso foi forçando a modificação das antigas relações servis. Surgiram, por exemplo, contratos de arrendamento da terra entre camponeses e proprietários. Surgiram, também, contratos de salário para pagamento do trabalho dos camponeses.

Lentamente foi surgimento de rotas de comércio por toda a Europa, merecendo destaque as rotas do sul que eram organizadas pelas cidades italianas de **Gênova e Veneza** e as rotas do norte que se desenvolviam na região de **Flandres**.

"Nos cruzamentos dessas grandes rotas comerciais, com outras menores, que uniam todos os pontos da Europa, surgiram as feiras, grandes mercados abertos e periódicos, para onde se dirigiam comerciantes de várias partes do continente. Protegidos pelos senhores feudais, que lhe cobravam taxas de passagem e permanência, os comerciantes fixavam-se por dias e semanas em algumas regiões, oferecendo mercadorias, como tecidos, vinhos, especiarias e artigos de luxo orientais. As feiras mais famosas foram as da região de Champagne, na França.

Com o rápido crescimento do comércio e do artesanato nos burgos, a concorrência entre mercadores e artesãos aumentou bastante. Para regulamentar e proteger as diversas atividades surgiu às **corporações**. No início eram formadas apenas por mercadores autorizados a exercer seu trabalho em cada cidade. Posteriormente,

com a especialização dos diversos artesãos, apareceram as **corporações de ofício**, que tiveram grande importância durante a baixa Idade Média: corporações de padeiros, de tecelões, de pedreiros, de marceneiros, etc.

Cada uma dessas corporações reunia os membros de uma atividade, regulando-lhes a quantidade e a qualidade dos produtos, o regime de trabalho e o preço final. Procuravam assim eliminar a concorrência desleal, assegurar trabalho para todas as oficinas de uma mesma cidade e impedir que produtos similares de outras regiões entrassem no mercado local.

Dessa maneira, as corporações de ofício determinavam também as relações de trabalho. Em cada oficina havia apenas três categorias de artesãos:

- Mestres;
- Oficiais ou companheiros;
- Aprendizes.

Os comerciantes também procuravam organizar-se em corporações para manter o mercado consumidor. Muitas vezes comerciantes de diferentes cidades se associavam, formando uma liga. A mais famosa delas foi "a Liga Hanseática, que reunia 80 cidades alemãs e que controlava comercialmente o norte da Europa."

CAPITALISMO*

Capitalismo é definido como um sistema econômico ou sócio-econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção, no lucro, nas decisões quanto ao investimento de capital feitas pela iniciativa privada, e com a produção, distribuição e preços dos bens, serviços e mão-de-obra afetados pelas forças da oferta e da procura.

ETIMOLOGIA

A palavra *capital* vem do latim *capitalis*, que vem do proto-indo-europeu *kaput*, que quer dizer "cabeça", em referência às cabeças de gado, como era medida a riqueza

nos tempos antigos. A conexão léxica entre o comércio de gado e a economia pode ser vista em nomes de várias moedas e palavras que dizem respeito ao dinheiro:

O primeiro uso da palavra *Kapitalist* foi em 1848 no Manifesto Comunista de Marx e Engels; porém, a palavra *Kapitalismus*, que é "capitalismo" em alemão, não foi usada. O primeiro uso da palavra *capitalismo* é dedicado ao romancista Thackeray, em 1854, com a qual quis dizer "posse de grandes quantidades de capital", e não referir-se a um sistema de produção.

Em 1867, Proudhon usou o termo *capitalista* para referir-se a possuidores de capital, e Marx e Engels referiam-se à "forma de produção baseada em capital" ("*kapitalistische Produktionsform*") e, no *Das Kapital*, "*Kapitalist*" (um possuidor privado de capital). Nenhum deles, porém, usou os termos em alusão ao significado atual das palavras. A primeira pessoa que assim o fez, porém, de uma forma impactante foi Werner Sombart em seu *Capitalismo Moderno*, de 1902. Max Weber, um amigo próximo e colega de Sombart, usou o termo em sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, de 1904.

HISTÓRIA DO CAPITALISMO

O capitalismo moderno e, segundo muitos economistas, mais próximo do ideal, começa com a Revolução Industrial e as chamadas revoluções "burguesas", marcadamente a Revolução Gloriosa inglesa, a Independência dos EUA e a Revolução Francesa. Certos autores, como Braudel, defendem, no entanto, que o capitalismo remonta à expansão da economia-mundo durante o Renascimento.

A propriedade privada já existia nas tribos judaicas. A Torá apresenta diversos exemplos. Os regimes teocráticos, por outro lado, seguiam um modelo mais próximo do feudal, com todas as terras pertencentes ao rei, e os seus súditos trabalhando nelas. O Código de Hamurabi também apresenta evidências da instituição da propriedade privada, o que faz crer que a existência de propriedade privada se confunde com a própria história.

Na pré-história as pessoas comumente viviam em pequenas tribos nômades de caçadores e coletores e não desenvolveram a instituição da propriedade privada, porque todos se conheciam e formavam laços de confiança. Contudo, existiam distinções de propriedade entre as várias tribos.

Com o crescimento populacional, o desenvolvimento da agricultura, a criação das cidades e o aumento da divisão de trabalho, os seres humanos passaram a viver em sociedades maiores, nas quais era necessária uma organização da produção por relações interpessoais envolvendo muitas pessoas.

Posteriormente, com o desenvolvimento dos transportes terrestres e marítimos, e sedentarização das populações, houve o advento do comércio internacional. As principais nações comerciantes eram as cidades-estado gregas, com destaque a Atenas durante os séculos V e IV a.c. — foi nesta cidade que o primeiro sistema bancário foi inventado. Contudo, a existência de um grande número de escravos não permite-nos afirmar que eles desenvolveram a instituição da propriedade privada em um grau tão avançado quanto o do capitalismo moderno já que a escravidão é uma violação do direito de propriedade privada.

O Império Romano, por sua vez, era caracterizado pela liberdade do comércio e da produção até o final do século III com a implantação de controles de preços pelos imperadores. Segundo o historiador econômico Peter Termin, a economia do Império Romano tinha instituições capitalistas quase tão avançadas quanto as da Inglaterra no início da Revolução Industrial. Com o declínio e queda do Império Romano e invasões das tribos bárbaras, a organização social volta a tomar feições tribais, até a Baixa Idade Média.

O Feudalismo passava por uma grave crise decorrente da catástrofe demográfica causada pela Peste negra que dizimou 35% da população europeia e pela fome que assolava o povo. Já com o comércio reativado pelas cidades estado italianas, a Europa passou por um relativo desenvolvimento urbano e comercial e, conseqüentemente, as relações de produção capitalistas (voluntárias) aumentaram.

Na Idade Moderna, os reis expandem seu poderio econômico e político através do mercantilismo e do absolutismo, doutrinas anti-capitalistas. Dentre os defensores deste temos os filósofos Jean Bodin("os reis tinham o direito de impor leis aos súditos sem o consentimento deles"), Jacques Bossuet ("o rei está no trono por vontade de Deus") e Niccòlo Machiavelli ("a unidade política é fundamental para a grandeza de uma nação"). Com o Absolutismo e com o Mercantilismo, o Estado continuava a controlar a economia e a buscar colônias para adquirir metais(metalismo) através da exploração. Isso para garantir o enriquecimento da metrópole.

No século XVI, surge a Escola de Salamanca, conjunto de idéias de teólogos espanhóis que deram as primeiras idéias de uma economia capitalista liberal. As idéias de propriedade privada como moralmente neutra já se encontravam no pensamento católico europeu desde Tomás de Aquino.

Mas foi somente com as revoluções liberaís da Idade Moderna que o capitalismo se estabeleceu como sistema econômico predominante, pela primeira vez na história, nos países da Europa Ocidental. Algumas dessas revoluções foram a Revolução Inglesa (1640-60, Hill 1940), a Revolução Francesa (1789-99, Soboul 1965) e a Independência dos EUA, que construíram o *arcabouço institucional* de suporte ao desenvolvimento capitalista. Assim começou a era do capitalismo moderno.

A partir da segunda metade do século XVIII, com a Revolução Industrial, causada pela a implantação do capitalismo, inicia-se um processo ininterrupto de produção coletiva em massa, geração de lucro e acúmulo de capital. As sociedades vão superando os tradicionais critérios da aristocracia (principalmente a do privilégio de nascimento). Surgem as primeiras teorias econômicas modernas: a Economia Política e a ideologia que lhe corresponde, o liberalismo. Na Inglaterra, o escocês Adam Smith, um dos fundadores da primeira e adepto do segundo, publica a obra *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*

TEORIA CAPITALISTA

Algumas pessoas enfatizam a propriedade privada de capital como sendo a essência do capitalismo, ou enfatizam a importância de um mercado livre como mecanismo para o movimento e acumulação de capital. Outros medem o capitalismo através da análise das classes sociais, incluindo aí a estrutura de estratificação em classes da sociedade e as relações entre proletariado e burguesia. Outros ainda observam o crescimento de um sistema global de mercado.

Hayek, ao descrever o capitalismo, aponta para o caráter auto-organizador das economias que não têm planejamento centralizado pelo governo. Muitos, como por exemplo Adam Smith, apontam para o que se acredita ser o valor dos indivíduos que buscam seus interesses próprios, que se opõe ao trabalho altruístico de servir o "bem comum". Karl Polanyi, figura importante no campo da antropologia econômica, defendeu que Smith, em sua época, estava descrevendo um período de organização da produção conjuntamente com o do comércio. Para Polanyi, o capitalismo é diferente do antigo mercantilismo por causa da comoditificação da terra, da mão-de-obra e da moeda e chegou à sua forma madura como resultado dos problemas que surgiram quando sistemas de produção industrial necessitaram de investimentos a longo prazo e envolveram riscos correspondentes em um âmbito de comércio internacional. Falando em termos históricos, a necessidade mais opressora desse novo sistema era o fornecimento assegurado de elementos à indústria - terra, maquinários e mão-de-obra - e essas necessidades é que culminaram com a mencionada comoditificação, não por um processo de atividade auto-organizadora, mas como resultado de uma intervenção do Estado deliberada e frequentemente forçada.

Muitas dessas teorias chamam a atenção para as diversas práticas econômicas que se tornaram institucionalizadas na Europa entre os séculos XVI e XIX, especialmente envolvendo o direito dos indivíduos e grupos de agir como "pessoas legais" (ou corporações) na compra e venda de bens, terra, mão-de-obra e moeda, em um mercado livre, apoiados por um Estado para o reforço dos direitos da propriedade privada, de forma totalmente diferente ao antigo sistema feudal de proteção e obrigações.

Devido à vagueza do termo, emergiram controvérsias quanto ao capitalismo. Em particular, há uma disputa entre o capitalismo ser um sistema real ou ideal, isto é, se ele já foi mesmo implementado em economias particulares ou se ainda não e, neste último caso, a que grau o capitalismo existe nessas economias. Sob um ponto de vista histórico, há uma discussão se o capitalismo é específico a uma época ou região geográfica particular ou se é um sistema universalmente válido, que pode existir através do tempo e do espaço. Alguns interpretam o capitalismo como um sistema puramente econômico; outros, porém, admitem que ele é um complexo de instituições políticas, sociais e culturais.

O CAPITALISMO NO SÉCULO XX

No século XIX a economia capitalista vivia a fase do capitalismo competitivo, onde cada ramo de atividade econômica era ocupada por um grande número de empresas, normalmente pequenas, que concorriam intensamente entre si. O Estado quase não interferia na economia, limitando-se apenas à política.

A partir da primeira guerra mundial, o capitalismo passou por várias mudanças, primeiramente os Estados Unidos passa a liderar o mercado capitalista, o capitalismo deixou de ser competitivo para ser capitalismo monopolista, essa transformação deu-se através de dois processos principais: Várias empresas foram a falência, as maiores compraram as menores e outras se unificaram (surge a sociedade anônima). As grandes empresas passaram a controlar sozinha um ramo de atividade.

Com as grandes crises econômicas ocorrida principalmente entre 1929 e 1933 o Estado passou a interferir na economia , exercendo influências decisiva em todas as atividades econômicas. Agora o Estado passou a controlar os créditos, os preços, as exportações e importações, mas sempre levando em conta os interesses das grandes empresas capitalistas.

O capitalismo do século XX passou a manifestar crises que se repetem a intervalos. O período que as separam tornam-se progressivamente mais curtas. O desemprego, as crises nos balanços de pagamentos, a inflação, a instabilidade do sistema monetário internacional e o aumento da concorrência entre os grandes competidores caracterizam as chamadas crises cíclicas do sistema capitalista.

SOCIALISMO*

Socialismo é um modo de produção (forma determinada em um dado momento histórico da humanidade de produzir-se a vida, suas variações significam formas diferentes de relação homem-natureza e homem-homem).

As múltiplas variantes de socialismo partilham uma base comum que é a transformação do sistema econômico, baseado na propriedade privada dos meios de produção, numa nova e diferente ordem social. Para caracterizar uma sociedade socialista, é necessário que estejam presentes os seguintes elementos fundamentais: propriedade social dos meios de produção, o monopólio do comércio exterior e pela planificação econômica.

As diferentes teorias socialistas surgiram como reação contra esse quadro, com a proposta de buscar uma nova harmonia social por meio de drásticas mudanças, como a transferência dos meios de produção das classes proprietárias para os trabalhadores. Uma consequência dessa transformação o longo prazo seria o fim do trabalho assalariado e a substituição do mercado por uma gestão socializada ou planejada, com o objetivo de adequar a produção econômica às necessidades da população, assim chegando ao comunismo. Tais mudanças exigiriam necessariamente uma transformação radical do sistema político. Alguns teóricos postularam a revolução social como único meio de alcançar a nova sociedade. Outros, como os social-democratas, consideraram que as transformações políticas deveriam se realizar de forma progressiva, sem ruptura, e dentro do sistema capitalista. Ser ou não ser eis a questão.

Entre os críticos do socialismo podemos citar o economista Ludwig von Mises, que define o socialismo como sendo um sistema econômico em que um indivíduo ou grupo de indivíduos de uma sociedade controla todos os outros indivíduos através da coerção e compulsão organizada. Um exemplo de governo totalitário nesses moldes foi a URSS durante o regime de Josef Stalin, cujo governo é acusado de ter provocado a morte de milhares de militantes do próprio socialismo (ver em Stalinismo).

No aspecto político, o socialismo, tal qual qualquer sistema de classes, tem um Estado para garantir o domínio da classe proprietária sobre as demais (ex.: o feudalismo tinha uma estrutura estatal que garantia o domínio dos senhores feudais; o capitalismo, tem um estrutura estatal que garante o domínio dos capitalistas). O Estado socialista caracteriza-se pelo domínio dos trabalhadores. Mas, como todo Estado, ele tem formas diferentes de relações entre as diversas instituições (ex.: no capitalismo, você tem os regimes democráticos, ditaduras militares, fascismo, etc., garantindo a permanência do caráter desse Estado).

Podemos definir basicamente duas formas de regime num Estado socialista: as democracias operárias e os Estados Operários Burocráticos. As democracias operárias caracterizaram-se por um alto controle dos trabalhadores sobre a planificação econômica (controle operário); a criação de mecanismos de controle pela base; a fusão dos poderes executivos e legislativos; a revogabilidade permanente dos mandatos, indicados pelos organismos de base; a eleição direta via organismos para todos os cargos (inclusive militares), com cláusulas de impedimento de reeleição; separação do Estado e partido; ampla liberdade entre os trabalhadores para expressarem suas posições, à exceção dos casos de sublevação armada. Os regimes de Estado Operário Burocrático eram caracterizados pelo domínio de uma casta burocrática; a supressão, ou manutenção apenas na forma, dos organismos de base; a planificação por essa burocracia, sem controle operário; e alta hierarquização no serviço público; fusão de Estado e partido; supressão da liberdade de imprensa. O primeiro pode ser encontrado como experiência histórico em caráter embrionário no processo conhecido como Comuna de Paris, em 1871 e,

no Estado Russo pós-revolução de outubro, até a ascensão de Stálin. O segundo, no Estado Russo a partir de Stálin, na China, Coréia do Norte, Cuba, e no Leste Europeu.

A expressão *socialismo* foi consagrada por Robert Owen em 1841, terá sido pela primeira vez utilizada com uma certa precisão por Pierre Leroux, em 1831, seguido de Fourier, 1833, depois de começar a circular por volta de 1820.

Ao longo de décadas, o chamado *Socialismo realmente existente* alterou profundamente a semântica do termo "Socialismo", que hoje é associado por muitos ao totalitarismo e ao desrespeito a certos direitos humanos. O desafio que enfrentam alguns teóricos de hoje, notadamente os de orientação revisionista, é associar a idéia de socialismo à democracia e devolver valores humanísticos em seus ideais, muito embora a teoria marxista-leninista nunca tenha previsto esta associação em suas obras. Nesse sentido, o socialismo, nos tempos de hoje, pode ser visto como um "movimento" que visa à justiça social, deixando, portanto, a clássica definição de socialismo como "forma de produção". Um dos contrapontos a esse movimento, no campo da direita, é o neo-liberalismo que prega a minimização do Estado, sendo o mercado o "ser supremo". Tal visão, porém, está longe de ser aceita pela maioria dos teóricos, políticos e militantes de orientação socialista ortodoxa no mundo....

COMUNISMO*

O Comunismo é um sistema econômico que nega a propriedade privada dos meios de produção. Num sistema *comunista* os meios de produção são socializados, ou seja, a produção da sociedade é propriedade da mesma.

No seu uso mais comum, o termo comunismo refere-se à obra e às idéias de Karl Marx e, posteriormente, a diversos outros teóricos, notavelmente Friedrich Engels, Rosa Luxemburgo, Vladimir Lenin, entre outros. Uma das principais obras

fundadoras desta corrente política é "O Manifesto do Partido Comunista" de Marx e Engels.

A principal característica do modelo de sociedade comunal proposto nas obras de Marx e Engels é a da abolição da propriedade privada, e a conseqüente orientação da economia de forma planeada, embora algumas vertentes do socialismo e do comunismo, identificadas como anarquistas, defendam um socialismo baseado na abolição do estado. Tornam-se mais visíveis as diferenças entre estes grupos quando se sabe que a primeira Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) terminou como resultado da cisão entre Marxistas (que acreditavam na necessidade de tomar o poder do Estado para realizar a Revolução) e Bakuninistas (que acreditavam que não haveria Revolução a menos que o Estado fosse abolido em simultâneo com o capitalismo).

A teoria que dá base à construção do comunismo tem como ponto de partida a sociedade capitalista, onde, de acordo com a ideologia comunista, impera a propriedade privada dos meios de produção, e imprime a todas as esferas da vida a marca do individualismo e da extração da mais-valia, sendo esta a fonte maior da exploração dos trabalhadores pela classe dominante e a conseqüente desigualdade de classes, na concepção marxista. Marx considerava que somente o proletariado, denominação para os trabalhadores que produzem mais-valia, principalmente os da grande indústria, poderia, por uma luta política consciente e conseqüente de seu papel, derrubar o capitalismo, não para constituir um Estado para si, mas para acabar com as classes sociais e derrubar o Estado como instrumento político de existência das classes.

A palavra comunismo apareceu pela primeira vez na imprensa em 1827, quando Robert Owen se referiu a socialistas e comunistas. Segundo ele, estes consideravam o capital comum mais benéfico do que o capital privado. As palavras socialismo e comunismo foram usadas como sinônimos durante todo o século XIX. A definição do termo comunismo é dada após a Revolução russa, no início do século XX, pois Vladimir Lenin entendia que o termo socialismo já estava

desgastado e deturpado. Por sua teoria, o comunismo só seria atingido depois de uma fase de transição pelo socialismo, onde haveria ainda uma hierarquia de governo.

CORRENTES COMUNISTAS

O movimento comunista, a partir do início do século XX, passou a se dividir em diversas correntes. Inicialmente, o surgimento do chamado revisionismo, também chamado reformismo, proposto por Bernstein, que considerava que o aburguesamento da classe operária tornava a possibilidade de uma revolução socialista quase nula e que o socialismo deveria adaptar-se à esta realidade lutando não pelo socialismo, mas pela reforma do capitalismo em bases puramente éticas. Inicialmente rejeitada pelo movimento socialista, que então recebia o nome geral de social-democracia, o reformismo acabou consolidando-se como prática política geral dos partidos socialistas de massa após a Primeira Guerra Mundial, quando o assentimento dos partidos socialistas da Alemanha, França e Itália em votar a favor dos créditos de guerra nos seus parlamentos revelou sua aceitação geral da legalidade burguesa e sua recusa do "derrotismo revolucionário" (isto é, a busca da revolução socialista mesmo em detrimento dos interesses do Estado Nacional) praticada pelos bolcheviques de Lenin.

Na esteira da Revolução Russa, criou-se uma divisão entre a Extrema Esquerda do movimento socialista, liderada por Lenin, que promoveria o retorno da expressão "comunismo", adotada por Marx para definir-se a si mesma, distinguindo-se das correntes socialistas reformistas, que retiveram o nome de social-democracia. Os comunistas, no entanto, logo se viram diante de uma nova divisão: por um lado, os comunistas de partido - os adeptos das teses de Lênin de que o partido de vanguarda seria um instrumento necessário para a revolução comunista - e, por outro, os comunistas de conselhos, que consideravam os conselhos operários ou "soviets" como a forma de organização revolucionária dos trabalhadores.

Esta divisão seria seguida por várias outras divisões, principalmente dentro da corrente hegemônica, o comunismo de partido - também chamado bolchevismo, leninismo ou marxismo-leninismo, criando diversas tendências, como o maoísmo, o stalinismo, o trotskismo, entre outras. Esta divisão dentro da própria teoria acabaria por minar muitas das iniciativas do Comunismo e causar várias lutas ideológicas internas.

TEORIAS DO COMUNISMO

O comunismo desenvolveu-se a partir dos escritos de Robert Owen, Charles Fourier e Saint-Simon. Robert Owen foi o primeiro autor a considerar que o valor de uma mercadoria deve ser medido pelo trabalho a ela incorporado, e não pelo valor em dinheiro que lhe é atribuído. Charles Fourier foi o primeiro a defender a abolição do capitalismo e sua substituição por uma sociedade baseada no comunismo. E o Conde de Saint-Simon defendeu que a nova sociedade deveria ser planejada para atender o bem-estar dos pobres. Todos estes autores, entretanto, propunham a mudança social através da criação de comunidades rurais auto-suficientes por voluntários. Estes autores não consideraram que a sociedade estaria dividida em classes sociais com interesses antagônicos.

Karl Marx foi o responsável pela análise econômica e histórica mais detalhada da evolução das relações econômicas entre as classes sociais. Marx procurou demonstrar a dinâmica econômica que levou a sociedade, partindo do comunismo primitivo, até a concentração cada vez mais acentuada do capital e o aparecimento da classe operária. Esta, ao mesmo tempo seria filha do capitalismo, e a fonte de sua futura ruína. Marx se diferenciou dos seus precursores por explicar a evolução da sociedade em termos puramente econômicos, e se referir à acumulação do capital através da mais-valia de forma mais clara que seus antecessores.

Marx considerava, ao contrário de muitos dos seus contemporâneos e de muitos críticos actuais, o comunismo um "movimento real" e não um "ideal" ou "modelo de sociedade" produzido por intelectuais. Este movimento real, para Marx, se manifestava no movimento operário. Inicialmente ele propôs que a classe operária

fizesse um processo de estatização dos meios de produção ao derrubar o poder da burguesia, para depois haver a supressão total do Estado. Após a experiência da Comuna de Paris, ele revê esta posição e passa a defender a abolição do Estado e o "autogoverno dos produtores associados".

No entanto, também diferentemente dos outros autores, Marx acreditava que a sociedade era regida por leis econômicas que eram alheias à vontade humana. Para ele, tanto as mudanças passadas, quanto a Revolução socialista que poria fim ao capitalismo, eram necessidades históricas que fatalmente aconteceriam.

Depois de Marx, surgiram duas concepções diferenciadas de comunismo:

A concepção bolchevista ou leninista (nas suas diversas correntes) que compreendia que o comunismo fosse precedido por um período de transição chamado socialismo, no qual haveria a estatização dos meios de produção, permaneceria existindo a lei do valor e o uso do dinheiro, entre outras características do capitalismo. Este período de transição desembocaria, pelos menos teoricamente, na extinção gradual do Estado e das demais características do capitalismo, constituindo assim o comunismo. As obras que desenvolvem esta tese são os escritos de Lênin após a revolução bolchevique, o livro de Joseph Stálin "Problemas Econômicos na União Soviética" e em vários escritos posteriores dos seguidores desta corrente, tanto na Rússia quanto no resto do mundo.

A concepção conselhistas, por sua vez, retomava Marx e concebia o comunismo como um modo de produção que substitua o capitalismo, abolindo o Estado, a lei do valor, etc., imediatamente, através da autogestão dos conselhos operários. Assim, esta corrente questionava a idéia de um período de transição, colocando-a como sendo contra-revolucionária e produto de um projeto semi-burguês no interior do movimento operário. As principais obras que expressam este ponto de vista são: "Princípios Fundamentais do Modo de Produção e Distribuição Comunista", do Grupo Comunista Internacionalista da Holanda e "Os Conselhos Operários" de Anton Pannekoek, e várias outras obras posteriores que

desenvolveram estas teses até os dias de hoje, assumindo o nome contemporâneo de autogestão.

"COMUNISMO" NA URSS E NO MUNDO

Liderados por Vladimir Lenin e Leon Trotski, os revolucionários russos valeram-se da experiência revolucionária de operários, soldados e camponeses para por o controle do Estado nas mãos do proletariado (ditadura do proletariado), visando desenvolver as forças produtivas da Rússia e a difusão da revolução em outros países.

OPINIÕES DIVERGENTES NA EX-URSS

Desde o início da Revolução Russa de 1917 as poucas liberdades democráticas que existiam foram todas extintas em prol da causa revolucionária. Apesar das críticas que logo surgiram, todos os opositores foram presos, punidos ou sofreram algum tipo de sanção.

Porém as perseguições se agravaram pouco tempo depois da morte de Lênin em janeiro de 1924. Pois uma luta interna pelo poder se estabeleceu entre Trotski e Stalin. Ela terminou com a vitória de Stalin que implantou um regime de terror, aproveitando-se dos campos de reeducação já existentes, os Goulags, expandindo a ação repressiva do estado.

Apesar das críticas internas, muitas pessoas do ocidente viam com admiração o regime socialista da URSS, sendo notório o apoio de diversos intelectuais de esquerda do ocidente ao governo de Stalin.

Quando Nikita Khrushchev assumiu o poder da URSS, ele denunciou os crimes de Stalin e campos de concentração (gulags), porém tal ação pouco mudou a ação do estado socialista repressor.

Nem mesmo a publicação do livro Arquipélago de Gulag do ganhador do Prêmio Nobel de Literatura de 1970, Aleksandr Solzhenitsyn, mudou alguma coisa, pois

ninguém dentro da URSS sabia da existência do livro. Este livro foi escrito entre 1962 e 1973, somente foi publicado no ocidente em 1973. O livro foi publicado oficialmente na Rússia apenas em 1989.

Segundo a descrição do livro, os goulags seriam campos de trabalho penoso, bastante próximo de uma situação de escravatura, para intelectuais opositores ou eventuais traidores do regime, cujas condições de chegada foram descritas e comparadas, por muitos dos seus sobreviventes, às de deportação para campos de extermínio. Segundo algumas descrições, os campos mais desumanos encontravam-se na região da Sibéria.

Para além da problemática dos goulags, muitos dos regimes comunistas sempre foram apontados como ditatoriais, cultivadores da superiorização da figura do seu líder, centrados na promoção de uma auto-imagem deturpada ou parcial dos acontecimentos, nomeadamente através do estabelecimento de censura e repressão de liberdades individuais. O assassinato de Trotski, após a sua expulsão do país, é tido como um dos exemplos.

A QUEDA DO MURO DE BERLIM

Após a queda do muro de Berlim, o comunismo foi considerado morto por vários pensadores, intelectuais e pela mídia. O marxismo manteve-se sob outras formas, como na China, com Mao Tsé-Tung, em Cuba, com Fidel Castro e, mais duramente, na Coreia do Norte, com Kim II Sung e o seu filho Kim Jong II. Segundo alguns pensadores, mais como uma referência filosófica e política geradora de alguma polémica do que propriamente um ente político de largo espectro, pois ter-se-ia limitado ao nível de Governo, deixando o povo com relativa liberdade de acordo com cada norma vigente no respectivo país. O marxismo mantém-se, contudo, como uma referência filosófica e política, (polémica, é certo), que não deve ser desprezada no contexto da globalização.

Os seguidores desta doutrina política defrontam-se, entretanto, com as novas realidades históricas que têm originado movimentos reformadores que pretendem repensá-la. O projeto de instauração de uma sociedade comunista ainda é defendido por diversas correntes e pensadores, alguns mantendo a concepção que inspirou a Revolução Bolchevique, o leninismo (para quem as "renovações" são apenas sinal de subjugação ao capitalismo), e outros, fazendo revisão ou aderindo às correntes comunistas anti-leninistas. O socialismo continuou de outra maneira em diversos países do mundo.

FONTE: www.pesquisahistoria.com.br